

ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: A PRÁTICA COMO DIREÇÃO DA CRÍTICA¹²

ANÁLISIS DE LA PRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO: LA PRÁCTICA COMO DIRECCIÓN DE LA CRÍTICA

ANALYSIS OF THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE: PRACTICE AS A DIRECTION OF CRITICISM

Elza Margarida de Mendonça Peixoto³

Resumo: este artigo procura recuperar os traços da crítica epistemológica de Marx e Engels, de forma a evidenciar os desafios para empreender uma crítica materialista e dialética da produção do conhecimento. Defendemos ser possível apanhar na *revisão* da forma com que Marx e Engels criticaram a *filosofia alemã clássica* (e também a *economia política inglesa*, o *socialismo utópico francês*) nos anos 40 do século XIX, *meios e métodos* para uma crítica epistemológica que pode contribuir para a superação dos limites da crítica da produção de dissertações e teses em educação e educação física, tal como vêm sendo produzida.

Palavras-Chave: Produção do Conhecimento, Gnosilogia, Crítica, Prática.

Resumen: This article tries recovering the traces of its epistemological criticism of Marx and Engels, in order to highlight the challenges to undertake a materialistic and dialectical critique of the production of knowledge. We advocate being able to catch *nn reviewing the form* with which Marx and Engels criticized the *classical german philosophy* (and also *english political economy, french utopian socialism*) In the 1940s, *means and methods* for an epistemological critique which can contribute for overcoming the limits from the criticism of dissertations and theses in education and physical education, as it has been produced.

Palabras-Clave: Producción del Conocimiento, Gnosilogía, Crítica, Práctica.

Abstract: Este artículo busca recuperar los trazos de la crítica epistemológica de Marx y Engels, para hacer frente a los desafíos para emprender una crítica materialista y dialéctica de la producción del conocimiento. Defendemos que es posible coger En la revisión de la forma en que Marx y Engels criticaron la filosofía alemana clásica (e también la economía política inglesa, el socialismo utópico francés) en los años 40 del siglo XIX, *medios y métodos* para una crítica epistemológica que puede contribuir a la superación de los límites de la crítica de la producción de disertaciones y tesis en educación y educación física, como se viene produciendo.

Key-words: Production of Knowledge, Gnosiology, Critique, Practice.

Introdução:

Em diálogo crítico com Sanchez-Gamboa (2008, 2017), advogamos que não é possível reduzir “a perspectiva epistemológica do materialismo histórico” a articular “as dimensões quantitativas e qualitativas” (SANCHEZ-GAMBOA, In: CHAVES-GAMBOA, M; SANCHEZ-GAMBOA, S.; TAFFAREL, 2017, p. 27; p. 33). Afirmamos que a transformação da qualidade em quantidade e vice versa nada tem a ver com justificações para a mistura de instrumentos de coleta, organização e análise de

quantidades de dados, mas com a crítica da metafísica e a defesa da lógica dialética em que por processos contraditórios, qualidade e quantidade se transformam em seus opostos (ENGELS, 1979, p. 101-109). Argumentamos que a dialética desenvolvida por Marx e Engels não pode ser reduzida à “pretensão” de “aproveitar os elementos gerados dentro das abordagens empíricas (empirismo inglês) e das abordagens fundadas nos postulados da fenomenologia (idealismo alemão), realizando sínteses entre essas duas grandes tendências filosóficas”, ainda que síntese seja definida como “uma nova maneira de ver, conceber e organizar categorias” (SANCHEZ-GAMBOA, in: FAZENDA, 2008, p. 94).

Ponderamos que não é suficiente para a apreensão da dialética produzida por Marx e Engels guiar-se pelas pesquisas que avocam a dialética (“crítico-dialéticas”) como orientação teórica (SANCHEZ-GAMBOA, in: FAZENDA, 2008, p. 96), *caracterizadas* (SANCHEZ-GAMBOA, in: FAZENDA, 2008, p. 94, p. 96, p. 100) como aquelas que “questionam fundamentalmente a visão estática da realidade implícita” nas abordagens empírico-analíticas e fenomenológicas, em virtude de estas esconderem “o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade”; terem a “pretensão de desvendar, mais que o “conflito das interpretações”, o conflito dos interesses” ou ainda manifestarem “um “interesse transformador” das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão sempre histórica e desvelando suas possibilidades de mudança” (SANCHEZ-GAMBOA, in: FAZENDA, 2008, p. 97). Debatesmos que a epistemologia de Marx e Engels não pode ser apanhada por uma sintética alusão a uma “relação causal” marcada pela “inter-relação do todo com as partes e vice-versa, da tese com a antítese, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica e intelectual etc.” (SANCHEZ-GAMBOA, in: FAZENDA, 2008, p. 98).

Denunciamos que os critérios de cientificidade da dialética de Marx e Engels não são redutíveis à “lógica interna do processo e nos métodos que explicitam a dinâmica e as contradições internas dos fenômenos e explicam as relações entre homem-natureza, entre reflexão-ação e entre teoria-prática (razão transformadora)” (SANCHEZ-GAMBOA, in: FAZENDA, 2008, p. 98). Aliás, com relação à possibilidade de uma “razão transformadora”, a posição de Marx e Engels é explícita ao dizer-nos: “Idéias não podem executar absolutamente nada. Para a execução das idéias são necessários homens que ponham em ação uma força prática”(MARX, ENGELS, 2003, p. 137).

Consideramos uma simplificação preocupante caracterizar a dialética de Marx e Engels como uma abordagem que “não renuncia à origem empírica objetiva do conhecimento” nem “à interpretação e compreensão fenomenológicas que as considera como elementos abstratos, necessários à construção do conhecimento (o concreto no pensamento)” (SANCHEZ-GAMBOA, in: FAZENDA, 2008, p. 101). É insuficiente reconhecer como pressuposto gnosiológico da dialética de Marx a ““concreticidade” – centralizada na relação dinâmica sujeito-objeto” (SANCHEZ-GAMBOA, in: FAZENDA, 2008, p. 102), assim como pressuposto ontológico o reconhecimento “(d)o homem” como “ser social e histórico”, “criador e transformador” dos “contextos sociais”; ou ainda referir-se à “ação” como umas das principais “categorias epistemológica” da dialética materialista (SANCHEZ-GAMBOA, in: FAZENDA, 2008, p. 105). E aqui, destacamos especialmente a diferença cara à dialética marxiana e engelsiana entre “ação” e Prática (simultaneamente, transformação material que envolve o trabalho, a política e o experimento –

BARATA-MOURA, 1994). Desconfiamos da possibilidade de que uma tal generalização empurre Sanchez-Gamboa para atribuir ao marxismo uma espécie de síntese entre as perspectivas “empírico-analítica” e “fenomenologia” e ignorar o caráter materialista da dialética marxiana e engelsiana. Pode estar aqui a raiz da determinação linear da subjetividade – ainda que admitida sua construção histórica, apresenta-se de forma descolada da materialidade subjetividade/posição de classe/ estágio de desenvolvimento das relações de produção nos nexos com o desenvolvimento das forças produtivas – operada por Sanchez-Gamboa no momento de explicar a “visão de mundo”:

[...] a visão de mundo, que organiza, como categoria mais complexa e abrangente, os diversos elementos implícitos na concreticidade de uma determinada opção epistemológica, é a responsável pelas opções de caráter técnico, metodológico, teórico, epistemológico e filosófico que o pesquisador faz durante o processo de investigação. Embora essa visão apareça muitas vezes implícita, ela se forma através da incidência de determinadas condições históricas de caráter psicológico, sociológico e político. As motivações e interesses pessoais, a composição, organização e estrutura dos cursos de pós-graduação, as propostas acadêmicas, decisões administrativas e políticas que orientam esses cursos, as tendências teóricas predominantes no seu corpo docente vão formando a visão ou visões de mundo do grupo social de que faz parte o pesquisador. O desenvolvimento das várias tendências epistemológicas não pode ser isolado das condições histórico-sociais das quais emergem, nem do clima de opinião, nem das discussões, debates e conflitos em torno das grandes questões filosóficas, políticas e educacionais de uma determinada época (SANCHEZ-GAMBOA, 2008, p. 107).

Sob esta perspectiva de reconhecimento da visão de mundo como produto exclusivo das relações internas à formação na pós-graduação, a articulação do “lógico” ao “histórico” carece de referências para o apanhar das múltiplas determinações em que se move a produção do conhecimento. Reconhecemos que Marx e Engels tomam como referências para a explicação e a localização da produção intelectual individual “o comportamento teórico e prático do homem diante da natureza, a ciência natural e a indústria”, entendida como “a indústria desse período, o modo direto de produção da própria vida” (MARX, ENGELS, 2003, p. 171). Este eixo central vai fundamentar a explicação da luta de classes, e as posições ideológicas em cada conjuntura. Por reconhecermos estas referências de partida para o apanhar das múltiplas determinações, reconhecemos, que esta limitação na análise de Sanchez-Gamboa não pode ser imputada ao indivíduo, mas deve ser apanhada nos nexos entre o estágio de desenvolvimento da crítica da produção do conhecimento em que se forma o pesquisador, a luta de classes e a disputa de projetos por dentro da formação de pesquisadores em educação e o estágio de desenvolvimento das relações de produção na formação social brasileira nos nexos subordinados às relações internacionais de produção da vida.

De forma datada, nossa tese neste artigo é que uma tal generalização e simplificação (própria dos manuais), nada explica sobre a dialética de Marx e Engels, contribuindo muito mais para especulações sobre aquele método, e para uma sua mistificação, do que para o seu entendimento. Uma tal formulação distancia-se de uma orientação pedagógica legada por Marx quando, suprimindo da versão da “Contribuição à crítica da economia política” uma *Introdução Geral* elaborada para a obra nos diz: “parece-me que antecipar conclusões do que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto” (MARX, 1977, p. 23). Ou ainda quando, em *O capital*, pondera: “Não há estrada real para a ciência, e só tem

probabilidade de chegar a seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas” (MARX, 1989, p. 19). Apostamos na formação clássica que orienta para a leitura direta das fontes às quais nos remetemos, defendendo que há na obra de Marx e Engels um processo de crítica epistemológica passível de ser investigado e entendido a partir do estudo dos próprios autores e exposto recorrendo-se às suas próprias expressões.

Nesta perspectiva, este artigo procura recuperar os traços da crítica epistemológica de Marx e Engels, de forma a evidenciar os desafios para empreender uma crítica materialista e dialética da produção do conhecimento. Defendemos ser possível apanhar na *revisão* da forma com que Marx e Engels criticaram a *filosofia alemã clássica* (e também a *economia política inglesa*, o *socialismo utópico francês*) nos anos 40 do século XIX, *meios e métodos* para uma crítica epistemológica que pode contribuir para a superação dos limites da crítica epistemológica da produção de dissertações e teses em educação e educação física, tal como vem sendo produzida.

Crítica da especulação filosófica própria do idealismo alemão:

A generalização “crítico-dialético” não exprime o cerne da distinção entre a *dialética* hegeliana (idealista) e a *dialética materialista* e o *materialismo dialético* marxiano e engelsiano. Recorreremos – por opção pedagógica, em longas citações que apanham de conjunto a tese defendida pelos autores – a passagens de *A sagrada família*, na qual Marx e Engels, em síntese, expõem o “mistério da construção especulativa” própria de Hegel e dos jovens-hegelianos. Consideremos atentamente o que nos dizem os dois autores sobre os limites da especulação idealista, a fim de reconhecer a impossibilidade de reduzir a dialética materialista à expressão “crítico-dialético” a partir da qual Gamboa resume, simultaneamente, aquilo que (a) encontra na experiência de algumas das investigação em Educação e Educação Física, e (b) aquilo que entende ser a forma própria da dialética marxiana:

[...] Poucas palavras haverão de ser suficientes para caracterizar a construção especulativa de um *modo geral*. [...]

Quando, partindo das maçãs, das pêras, dos morangos, das amêndoas reais eu formo para mim mesmo a representação geral “*fruta*”, quando, seguindo adiante, *imagino* comigo mesmo que a minha representação abstrata, “*a fruta*”, obtida das frutas reais, é algo existente fora de mim e inclusive o verdadeiro ser da pêra, da maçã, etc., acabo esclarecendo – em termos *especulativos* – “a fruta” como a “*substância*” da pêra, da maçã, da amêndoa, etc. Digo, portanto, que o essencial da pêra não é o ser da pêra, nem o essencial da maçã é o ser da maçã. Que o essencial dessas coisas não é sua existência real, passível de ser apreciada através dos sentidos, mas sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação, ou seja, “*a fruta*”. É certo que meu entendimento finito, baseado nos sentidos, *distingue* uma maçã de uma pêra e uma pêra de uma amêndoa, contudo minha razão especulativa considera esta diferença sensível algo não essencial e indiferente. Ela vê na maçã *o mesmo* que na pêra e na pêra o mesmo que na amêndoa, ou seja, “*a fruta*”. As frutas reais e específicas passam a valer apenas como frutas *aparentes*, cujo ser real é “a substância”, “a fruta”.

Por esse caminho não se chega a uma *riqueza* especial de *determinações*. O mineralogista, cuja ciência inteira limita-se ao fato de que todos os minerais na verdade são *o mineral*, *seria um mineralogista... em sua imaginação*. Pois bem, o mineralogista especulativo vê “o mineral” em qualquer mineral e sua ciência limita-se a repetir essa palavra tantas vezes quantas houver minerais reais.

A especulação, que converte as diferentes frutas reais em *uma* “fruta” da abstração, *na* “fruta”, tem de, para poder chegar à aparência de um conteúdo real, necessariamente tentar - e de qualquer maneira - retornar *da* “fruta”, da *substância*, para os *diferentes tipos* de frutas reais e profanas, para a pêra, a maçã, a amêndoa etc. E tudo que há de fácil no ato de chegar, partindo das frutas reais para chegar à representação abstrata “a fruta”, há de difícil no ato de engendrar, partindo da representação abstrata “a fruta”, as frutas reais. Chega a ser impossível, inclusive, chegar ao *contrário* da abstração ao se partir de uma abstração, quando não *desisto* dessa abstração.

Por isso o filósofo especulativo desiste da abstração *da* “fruta”, porém desiste dela de um modo *especulativo, místico*, ou seja, mantém a aparência de *não* desistir dela. Na realidade, portanto, ele apenas abandona a abstração de maneira aparente. Ele raciocina a respeito disso mais ou menos como segue:

Se a maçã, a pêra, a amêndoa, o morango na verdade não são outra coisa que “a substância”, “a fruta”, cabe perguntar-se” como é que “a fruta” por vezes se me apresenta na condição de maçã e por outras na condição de pêra ou amêndoa? De onde provém esta *aparência de variedade*, que contradiz de modo tão sensível a minha intuição especulativa da *unidade, “da substância”, “da fruta”*?

Isso provém, responde o filósofo especulativo, do fato de que “a fruta” não é um ser morto, indiferenciado, inerte, mas sim um ser vivo, diferenciado, dinâmico. A diferença entre as frutas profanas não é importante apenas para o meu entendimento sensível, mas o é também para “a própria fruta”, para a razão especulativa. As diferentes frutas profanas são outras tantas manifestações de vida da “fruta *uma*”, cristalizações plasmadas “*pela* própria fruta. *Na* maçã, por exemplo, “a fruta” adquire uma existência maçânica, na pêra uma existência pêrica. Não devemos mais dizer, portanto, como dizíamos do ponto de vista da substância, que a pêra é “a fruta”, que a maçã, a amêndoa etc., é “a fruta”, mas sim que “a fruta” se apresenta na condição de pêra, na condição de maçã ou amêndoa, e as diferenças que separam entre si a maçã da amêndoa ou da pêra são, precisamente, distinções entre “*apropriada fruta*”, que fazem dos frutos específicos outras tantas fases distintas no processo de vida “*da fruta*” em si. “A fruta” já não é mais, portanto, uma unidade carente de conteúdo, indiferenciada, mas sim uma unidade na condição de “*totalidade*” das frutas, que acabam formando uma “*série organicamente estruturada*”. Em cada fase dessa série “a fruta” adquire uma existência mais desenvolvida e mais declarada, até que, ao fim, na condição de “*síntese*” de todas as frutas é, ao mesmo tempo, a *unidade* viva que contém, dissolvida em si, cada uma das frutas, ao mesmo tempo em que é capaz de engendrar a cada uma delas, assim como, por exemplo, cada um dos membros do corpo se dissolve constantemente no sangue ao mesmo tempo em que é constantemente engendrado por ele. Vê-se bem: se a religião cristã apenas sabe de *uma* encarnação de Deus, a filosofia especulativa possui um número infinito de encarnações, correspondente ao número de coisas existentes, conforme revela o fato de que em cada fruta ele vê uma encarnação da substância, da fruta absoluta. O que interessa fundamentalmente à filosofia especulativa é, portanto, o ato de engendrar a *existência* dos frutos reais e profanos e o fato de dizer de um modo misterioso que há maçãs, pêras, amêndoas e passas. (...) O que alegra na especulação é, por conseguinte, voltar a encontrar todas as frutas reais, porém na condição de frutas dotadas de uma significação mística mais alta, frutas que brotam do éter de teu próprio cérebro e não do solo material, que são encarnações “*da fruta*”, do *sujeito absoluto* (MARX; ENGELS, 2003, p. 72-74).

Entendemos que a expressão “crítico-dialética” é uma construção especulativa de Gamboa, que ao empreender uma generalização, não ajuda a captar a dialética materialista de Marx e Engels. Reforçamos a impossibilidade de generalização da dialética, apontando outro momento, em 1867, em que Marx posiciona-se ante a desqualificação de Hegel, trazendo-nos duas importantes contribuições para o avançar da nossa argumentação: (1) ressalta a contribuição da dialética hegeliana para o desenvolvimento da teoria do conhecimento; (2) distingue o seu método do método hegeliano; (3) explica os limites da apropriação da dialética hegeliana à luz da luta de classes. Atentemos:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, – que ele transforma em

sujeito autônomo sob o nome de ideia, é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado.

Crítiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há quase 30 anos, quando estava em plena moda. Ao tempo em que elaborava o primeiro volume de “O capital”, era costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres, que pontificavam, nos meios cultos alemães, comprazerem-se em tratar Hegel (...) como um “cão morto”. Confessei-me, então, abertamente discípulo daquele grande pensador, e, no capítulo sobre teoria do valor, joguei, várias vezes, com seus modos de expressão peculiares. A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico.

A dialética mistificada tornou-se moda na Alemanha, porque parecia sublimar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor, e é, na sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 1989, p. 17).

Ainda que não disponhamos de espaço neste artigo, indicamos que um estudo rigoroso da crítica que Marx e Engels empreendem a Hegel nas obras dos anos 40 (*Manuscritos de 1844* – Marx; *Teses sobre Feuerbach* – 1845; *A sagrada família* – Marx e Engels, 1844/1845; *A ideologia alemã* – Marx e Engels, 1845/46) e nas sínteses de Engels dos anos 70 e 80 sobre a história do marxismo (*Ati-Dubring* – Engels, 1877-1878; *Do socialismo utópico ao socialismo científico* – Engels, 1880; *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* – 1886), são importantes para apropriar claramente a distinção entre a dialética idealista de Hegel e a dialética materialista (e o materialismo dialético) de Marx e Engels. O estudo desta crítica desautoriza imediatamente qualquer generalização da dialética, ou uma tomada da dialética de Marx e Engels isolada de sua perspectiva materialista e da prática como critério de verdade.

O objeto da crítica da produção: posicionar-se frente aos interesses materiais

Em 1859, Marx publicou *Contribuição à crítica da economia política*, obra na qual expôs “o sistema da economia burguesa: capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio externo, mercado mundial”. Deste riquíssimo *Prefácio*, queremos destacar a forma como expôs a trajetória que o levou às conclusões que divulgou como síntese de seus estudos econômicos naquele ano.

Após expor o foco, o plano e a estrutura⁴ de *Contribuição à crítica da economia política*, Marx deu ênfase ao processo – o caminho entre o aparecimento das dúvidas que levaram à necessidade da investigação, a forma da organização dos registros de sua investigação, e a produção da ***tese síntese de sustentação*** de toda a sua produção. É precioso o cuidado de Marx em pontuar (1) o objeto dos seus estudos especializados; (2) o momento em que tem sua atenção despertada para o que era costume chamar-se “interesses materiais”, que o levam a ocupar-se das “questões econômicas” e à revisão da produção científica; (3) o caminho que percorreu para “esclarecer as dúvidas” que lhe “assaltavam”; (4) as fontes de que se utilizou em suas investigações; (5) as conclusões a que chegou; (6) a parceria (e a co-autoria) das conclusões partilhada com Engels; (7) as interrupções diversas das “longas e conscienciosas pesquisas” que empreende para chegar às suas conclusões (MARX, 1977, p. 27)⁵. Neste momento,

destacou (a) partir do registro de seus estudos em “monografias escritas com longos intervalos para meu próprio esclarecimento, não para impressão, e cuja elaboração sistemática, segundo o plano indicado, dependerá das circunstâncias”; (b) buscar esclarecer as questões que surgiram da atuação como redator da *Reinische Zeitung* pela via da “revisão crítica”, primeiro, da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho, cuja introdução apareceu nos *Deutsch Französische Jahrbücher*, publicado em Paris em 1844”, depois, pelo esclarecimento do “antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã” na forma de uma “crítica da filosofia pós-hegeliana”⁶ (MARX, 1977, 23-27).

No conjunto deste movimento⁷ de revisão crítica – que fazemos questão de destacar a partir da exposição do próprio Marx em texto publicado em vida – damos ênfase a um processo no qual estão presentes: (a) *o reconhecimento da produção clássica* acerca dos objetos em investigação – a filosofia alemã, a economia inglesa, o socialismo utópico francês, a historiografia alemã, francesa e inglesa⁸; (b) *um método de revisão desta produção* orientado pelo esforço de apreensão (i) do estágio de desenvolvimento dos conhecimentos sobre os objetos em apreciação selecionados a partir de necessidades práticas, (ii) da crítica dos supostos nos quais assenta-se a lógica da explicação dos fenômenos, e, desejamos destacar especialmente, (iii) das conexões *entre* as teorias, enquanto reflexo possível na consciência de indivíduos determinados *e* as posições de classe destes indivíduos no estágio de desenvolvimento das relações de produção (luta de classes) em movimento contraditório e dialético com o desenvolvimento das forças produtivas (que inclui também o estágio de desenvolvimento da ciência) (ENGELS, 1981).

A síntese desta concepção alargada de crítica da produção do conhecimento na qual são articuladas as conexões internas (a lógica da construção da explicação) e externas (os nexos com o tempo histórico), é cuidadosamente exposta por Marx no mesmo *Prefácio* de 1859:

O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho, cuja introdução apareceu nos *Deutsch Französische Jahrbücher*, publicados em Paris, em 1844. Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. Tinha começado o estudo desta em Paris, continuando-o em Bruxelas, para onde emigrei após uma sentença de expulsão do Sr. Guizot. A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações

é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. [...] (MARX, 1977, p. 24-25).

Destaquemos a ênfase na tese de que o entendimento do estágio de desenvolvimento da consciência demanda o reconhecimento e a explicação das contradições materiais em que ela se desenvolve, ou seja, o estágio de desenvolvimento de uma epistemologia – o estágio de desenvolvimento de uma ou mais concepções científicas sobre como é possível apreender aquilo que é o objeto da investigação – decorre e só pode ser apreendido nas contradições do estágio de desenvolvimento “das condições econômicas da produção”, que incluem o estágio de desenvolvimento das disputas pela direção da produção da existência, e, conseqüentemente, da direção da produção do conhecimento enquanto parte das forças produtivas (ENGELS, 1981).

Defendemos que revisar este processo de crítica a partir dos manuscritos dos dois autores, pode contribuir para o entendimento desta perspectiva/concepção de epistemologia (enquanto crítica constante do estágio de desenvolvimento da ciência) que nunca se faz isolada do ponto de partida e chegada que é o entendimento do modo de produção da vida na conjuntura em que as ideias são desenvolvidas. Um desenvolvimento de ideias que se dá determinado pelas possibilidades reais abertas aos filósofos e economistas realmente posicionados na luta de um tempo. É por esta razão que os homens fazem a história, mas o fazem determinados pelas condições objetivas que lhe são legadas pelo passado (MARX, 1978).

Uma questão prática

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática (MARX, 2ª Tese *Ad Feuerbach*, 1845)⁹.

Diz-nos Marx no referido *Prefácio*: “O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (MARX, 1977, p. 24). De fato, já em carta ao pai datada de 10 de novembro de 1837, Marx, ao prestar contas dos estudos empreendidos na Universidade de Berlim (INSTITUTO MARXISMO LENINISMO, 1973, p. 20), faz referência a um processo de revisão crítica do *idealismo alemão* (Kant, Fichte, Schelling) que incluiu estudar “[...] de cabo a rabo a Hegel y la mavoría de sus discípulos” (MARX, 1982, p. 11; p. 5-13).

Qual a direção desta crítica e em que ela contribui para o desenvolvimento da dialética enfocada em perspectiva materialista e do materialismo enfocada em perspectiva dialética? Diz-nos Barata-Moura que a resposta desta questão “não se prende apenas com o “método”, enquanto dispositivo formal de pesquisa e de exposição, mas com a própria “vida do material” (*Leben des stoffs*) que importa surpreender e tornar inteligível no seu “movimento [efetivamente] real” (*wirkliche Bewegung*) (BARATA-MOURA, 2009, p. 6). Penso que devemos prestar um pouco mais de atenção a este sinal nos dado pelo filósofo português: é a *vida do material* o que importa apanhar, o que nos faz pensar sobre a possibilidade e os limites de antever o caminho fora e antes de o ter percorrido. Diz-nos Barata-Moura em outro trabalho, que a investigação de Marx e Engels assenta-se na necessidade de um tempo (o início do século XIX em especial) em que “impõe-se passar” do “ditado” de “soluções em abstracto”, para o “*exame* efetivo, e estudado, das realidades que requerem ser compreendidas, para que sejam transformadas” (BARATA-MOURA, 2014, p. 561-562).

A *vida do material*, para ser adequadamente apanhada, demanda o apreender da sua lógica interna. É por esta razão que Marx e Engels tecem considerações à necessidade da crítica epistemológica partir sempre do princípio interno que sustenta uma determinada proposição (MARX, 2005; ENGELS, 1981, p. 76; MARX, 2004; ENGELS, 2015). Apresentando a edição publicada em língua portuguesa pela Boitempo, Enderle (2005, p. 12) destaca a centralidade de *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* no debate político alemão, pontuando as disputas entre os discípulos de Hegel (“jovens” e “velhos” hegelianos), com foco na “interpretação do tema da “reconciliação” do real com o racional”. Considerando-se que Marx compunha o grupo dos “jovens hegelianos”, Enderle precisa como a questão lhes aparecia:

[...] tratava-se de demonstrar que o “real” não devia ser identificado imediatamente com a realidade empírica, positiva, como afirmavam os velhos-hegelianos, mas sim com a realidade que, pelo “trabalho do negativo”, deve ser supra-sumida em um nível superior do conceito. [...] acreditavam assim restituir à teoria do Estado de Hegel seu conteúdo humanista, emancipador, ao mesmo tempo em que preconizavam, pela prática jornalística, a realização desse conteúdo, ou seja, a superação da monarquia prussiana em um Estado racional e livre, prefigurado na concepção hegeliana da monarquia constitucional” (ENDERLE, 2005, p. 11).

Em 1841, caem as ilusões dos jovens hegelianos com a possibilidade de “uma reforma constitucional de caráter liberal no reinado de Guilherme IV”, quando então abandonam “a filosofia hegeliana do Estado em nome da defesa da democracia” (ENDERLE, 2005, p. 11). Marx, entretanto, assume posição diferente de todo o grupo. Não se trata de simplesmente abandonar a teoria do Estado de Hegel, mas de reconhecer os seus limites e trabalhar para a sua superação. Faz, então, a crítica a posição dos jovens hegelianos, denunciando, em sua tese doutoral “o teor “moral””, “não-filosófico”, das críticas que os discípulos de Hegel dirigiam às chamadas “acomodações” do mestre (ENDERLE, 2005, p. 11). Em uma longa nota (2) na seção IV da Primeira parte das notas à tese doutoral, diz-nos Marx:

Tambien, con referencia a Hegel, debe achacarse simplemente a ignorância de discípulos el intento de explicitar tal o cual determinación de su sistema mediante acomodaciones, etc., en una palabra, *moralmente*. Se olvidan al proceder ahí, de que, habiendo transcurrido un espacio de tempo muy breve, como es posible demostrar palmariamente por sus propios escritos, se plegaban entusiasmados a sus puntos de vista unilaterales.

Pero, aunque se vieran realmente afectados por la ciência recibida en bloque, entregándose a ella con una confianza candorosa, exenta de toda crítica, no sería justo atribuir al maestro una intención recôndita, incompatible con su concepción de que la ciência no es nunca algo que se recibe, sino que está siempre en processo de gestación y cuya sangre arranca del corazón y va hasta lo más apartado de la periferia. Por el contrario, es a los discípulos, a quienes hay que achacar el no haber visto claro y el combatir las tendências anteriores bajo la forma que ellos atribuem a Hegel, olvidándose de que el maestro mantenía ante su sistema una actitud directa, sustancial, mientras que ellos adoptan una actitud refleia.

Es perfectamente concebible que un filósofo incurra en esta o aquella aparente inconsecuencia, por razones de acomodación, y el mismo puede tener consciência de esto. Pero lo que no está en su consciência es el que la posibilidad de estas aparentes acomodaciones tenga su raíz más profunda en la insuficiencia o en la insuficiente formulacion de su principio mismo. Así, pues, si un filósofo procede realmente por acomodación, sus discípulos deben explicar esto *partiendo de su consciência interior essencial*, lo que *para él mismo* adoptaría la forma de *una consciência exotérica*. De este modo, lo que aparece como un progresso de la consciência es, al mismo tempo, un progresso del saber. No se recela de la consciência particular del filósofo, sino que se construye su forma de consciência essencial, se la eleva a una determinada forma y significación, con lo cual se trasciende, al mismo tempo, de ella (MARX, 1982, p. 59-60).

Na mesma linha, em 1845, na crítica à especulação filosófico empreendida pelos jovens hegelianos (especificamente a forma como Szeliga tece críticas aos escritores comunistas), dirá Marx (2003, p. 102):

Ora, que superioridade fundamental sobre os escritores comunistas essa de não perseguir a ausência de espírito, a indolência, o superficialismo e a presunção em suas fontes, mas pregar-lhes sermões *morais* e limitar-se ao fato de tê-los *descoberto* como antíteses do espírito, do progresso! (MARX, 2003, p. 102).

Na síntese de Enderle, a posição de Marx acerca da crítica feita pelos jovens hegelianos a Hegel possui outra lógica:

O erro desses discípulos estava em tomar como base da crítica a “consciência particular” do filósofo, isto é, em atribuir ao autor uma “consciência reflexa” diante de sua própria obra e, a partir daí, imputar a ele uma atitude de “acomodação”, reputada como imoral. Para Marx, uma crítica verdadeiramente filosófica não podia consistir em tributar as insuficiências da teoria política de Hegel a uma simples acomodação (consciente ou não), mas em demonstrar em que medida a “possibilidade dessas aparentes acomodações tem sua raíz mais profunda na insuficiencia ou na insuficiente formulação de seu próprio princípio”. Se de fato houve acomodação por parte de Hegel, isso não podia ser explicado partindo-se de seu “saber particular”, mas sim de sua *consciência interior essencial*, tomando-se como base o desenvolvimento interno do seu pensamento, uma vez que, como recorda Marx, o próprio Hegel ensinava que “a ciência não é algo que se recebe, mas sim algo que se desenvolve, algo cujo sangue espiritual se impulsiona do coração até as extremidades”. Por esse procedimento, mais que um simples progresso da consciência” rumo à moralidade, realizava-se “um progresso do saber”, pois “não se suspeita da consciência particular do filósofo, mas sua forma de consciência essencial é construída e elevada a uma determinada forma e significação, com o que ela é, ao mesmo tempo, ultrapassada”. Em vez de apontar e recriminar insuficiências do pensamento de Hegel, a verdadeira crítica deveria desvendá-las; em vez de lutar contra seu objeto, ela devia ultrapassá-lo, demonstrá-lo em sua verdade” (ENDERLE, 2005, p. 11).

Contra esta perspectiva moralizante, Marx propunha outro caminho. A crítica rigorosa toma direção diferente “Em vez de apontar e recriminar insuficiências do pensamento de Hegel, a verdadeira crítica deveria desvendá-las; em vez de lutar contra seu objeto, ela devia ultrapassá-lo, demonstrá-lo em sua verdade” (ENDERLE, 2005, p. 11). O movimento a ser realizado para esta ultrapassagem, na forma

de uma “crítica filosófica”, que nos interessa particularmente apreender, ocorre especialmente nas obras dos anos 40, na relação com todos os autores com os quais se depara neste processo particular de advogar que “a questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática” (MARX, 2007, p. 533). A síntese que encontramos em *Teses sobre Feuerbach*, entretanto, está a ser desenvolvida, conforme nos diz o próprio Marx, desde as exigências como redator da *Rheinische Zeitung*. Na crítica aprofundada dos supostos em nexos com o movimento prático de encontro dos homens reais em seu movimento e lógica de ser está o caminho para a superação dos limites do já conhecido (crítica da especulação filosófica) rumo à *dialética materialista* e ao *materialismo dialético*.

Um processo de crítica à procura das conexões:

Para Marx, trata-se de “estudar e *criticar* (teórica e *praticamente*) o existente na sua contraditoriedade, para intervir na modulação transformadora dos seus possíveis” (BARATA-MOURA, 1994, p. 94). Em uma síntese apropriada para o que nos propomos, “*Criticar* não é dizer mal; é procurar ver bem”, ou seja, “*Criticar* não é contra-pôr a enunciado unilateral dado outras abstrações que se debitam, e que o contrariam”, mas, essencialmente, em ontologia materialista, “é tentar pôr o emaranhado dos *processos*, recheados de contradições, na articulada *concreção deveniente* que formam” (BARATA-MOURA, 2013, p. 14). Nesta perspectiva,

A cientificidade de um saber para Marx exige determinadas características constitutivas. Ele tem de se apresentar, designadamente, ao nível da “exposição” (*Darstellung*), como um dar conta da *conexão interna* dos fenómenos, materialmente fundada, isto é, fundada de maneira materialista.

A determinação do “fenómeno” como um “sistema de relações” está diretamente ligada à sua constitutiva dimensão dialética. O *movimento* não é um suplemento que se acrescenta à “coisa”, mas um ingrediente do seu próprio estatuto ontico.

Em causa está, pois, o dinamismo intrínseco do próprio ser. Longe de se apresentar como “substancialidade” inerte, o ser contém a dialeticidade, a contradição, no seu próprio seio. É a inultrapassável historicidade do real que a cada passo assoma, não como manifestação perturbadora do ser que importa alcançar, mas como terreno incontornável a partir do qual somente ele se pode constituir.

É precisamente esta dialeticidade inscrita no ser que leva a que ela não represente um atributo que, de fora, a sociedade lhe traz. A própria dialética social é apenas uma expressão, uma modalidade – específica e poderosa, é certo – do dinamismo material, de que se constitui como “agência” e fator de mediação, no limite: de transformação (BARATA-MOURA, 1997, p. 122).

Esta busca da “conexão interna dos fenômenos” em uma “base materialista”, inclui “o conflito, a luta, a contradição no seu seio” em que “a própria noção de “fenómeno” se estende bem para além da mera “cousificação” abstracta dos objetos de investigação, alargando-se à condição e ao estatuto do sistema de relações”; em que “a “conexão (*Zusammenhang*) tem efetivamente uma constitutiva dimensão processual que determina basicamente a sua estrutura”; em que “o devir não é fruto de um mero percorrer – subjectivo – de uma coleção inerte de objetos dispostos ante os olhos do observador (“olímpico”), numa série ou numa sequência que urge apreender ou/e organizar”; “não é um valor acrescentado”; “não é introduzido “de fora” pela subjetividade”; o devir “é ele próprio a vida dos “objetos”, o seu processo interno e externo de relação e de movimentação” (BARATA-MOURA, 1997, p. 114-115); em que “o

movimento é também uma ingrediente da própria “substância” das “coisas”, “uma dimensão que intrinsecamente faz parte dele”. (BARATA-MOURA, 1997, p. 118).

Considerações datadas - Desafios para uma crítica da lógica da produção da ciência na formação social brasileira do século XXI:

Reconhecemos que o crescimento do volume da produção do conhecimento nas várias áreas demanda métodos de análise de larga escala¹⁰ que contemplem o movimento de transformação contraditória e dialética de quantidade/qualidade. Por esta razão, reconhecemos que a meta mais instigante do projeto temático “PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: impacto do sistema de pós-graduação das regiões Sul e Sudeste do Brasil na formação e produção de mestres e doutores que atuam nas instituições de ensino superior da região Nordeste”, encontra-se na página 15, tópico 3, que trata dos “3. Desafios científicos e tecnológicos e (d)os meios e métodos para superá-los”, item 4, o desafio de interpretar: “a relação entre a produção científica, as políticas científicas e as transformações sociais do Brasil”. No âmbito dos objetivos do Projeto¹¹, com foco na análise bibliométrica e epistemológica, o aparecimento da necessidade de estabelecer relações entre a produção científica e a formação social brasileira dialoga com o *desafio*¹² de estabelecer relações e nexos para além dos traços internos da produção do conhecimento (PEIXOTO, 2013; PEIXOTO, 2014). Nas análises de larga escala, reconhecemos a relevância da análise epistemológica à luz de uma matriz paradigmática, mas ponderamos que uma tal análise generalizada que não mergulhe na *vida do material*, longe de mover-se em perspectiva materialista e dialética, produz especulações, dela se distanciando.

Neste artigo, buscamos em um conjunto de obras da primeira geração de fundadores do marxismo, a forma como produzem outro caminho para a crítica do conhecimento pré-existente. Defendemos que *é no processo* desta *crítica*¹³ empreendida por Marx e Engels que podemos reconhecer o ponto de partida para o desenvolvimento daqueles meios e métodos anunciados como desafio no projeto epistefnordeste. Concordamos com a tese de que apreender *conexões* é justamente o traço da perspectiva de cientificidade da filosofia clássica alemã que atravessa todo o movimento de transição do *idealismo alemão* para o *materialismo dialético*, desde Kant, passando por Hegel até Karl Marx e Friedrich Engels (BARATA-MOURA, 1997, p. 67-145)¹⁴.

Ponderamos ser possível avançar na direção de um balanço que tome simultaneamente, (a) o desvendar das insuficiências no vasto conhecimento produzido e (b) o estabelecimento dos nexos com a conjuntura histórica na qual se produz o conhecimento assentado naquelas insuficiências. É possível escapar do risco evidente de, analisando grandes quantidades de bibliografia (no caso, teses e dissertações), perder o cerne das revisões, que é, a nosso ver, mapear o estágio do desenvolvimento da produção e seus limites nos nexos com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção nas quais desenrola-se a luta de classes – insistimos – perspectiva defendida por Marx (1977, p. 23-27) e por Engels (2015). É possível, ainda que em análises de larga escala, ultrapassar a centralidade do apanhar dos referenciais teóricos e pressupostos, para o desvendar das insuficiências da produção no apanhar a *vida do material*. No esforço de apanhar a *vida do material* nos nexos objetivos que mantêm com o estágio de

desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, é possível explicar o estágio de desenvolvimento da consciência pelas próprias “contradições da vida material”. É possível escapar do riscos de reproduzir construções especulativas nas quais o essencial da produção do conhecimento “não é sua existência real, passível de ser apreciada através dos sentidos, mas sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação” (MARX; ENGELS, 2003, p. 72), reduzindo a análise da produção do conhecimento a conceitos “empírico-analítico”, “fenomenologia”, “teorias críticas”. É urgente ultrapassar estas análises da produção do conhecimento, em que os processos reais – que, em diferentes estágios, está apanhando com muitos limites “a vida do material” – sendo abstraída em suas “diferenças sensíveis”, somem atrás de sínteses que apanham a aparência da realidade e não o seu ser real (MARX; ENGELS, 2003, p. 72)?

Nosso desafio é exatamente explicar qual a relação *entre* (A) o sistema de pós-graduação das regiões Sul e Sudeste do Brasil e (B) a formação e produção do conhecimento (Dissertações e Teses *desenvolvidas nas Universidades do Sul e Sudeste*) em educação física, de *professores que atuam* nas regiões Norte e Nordeste. Aqui, temos dois conjuntos importantes de problemas: (a) de um lado, a demanda pelo explicitar do caminho que nos permite dizer que trilhamos uma perspectiva marxista (e aqui, primo pela ortodoxia) de análise; (b) de outro lado, as pistas a que temos que prestar atenção para encontrar as *múltiplas determinações* da produção do conhecimento que nos permitirão dizer que, afinal, alcançamos o concreto (síntese de múltiplas determinações).

Para mim, desde 2007, está claro que não vamos entender a produção do conhecimento se não realizarmos um movimento de levantamento, catalogação e análise que permitam apanhar o *fluxo* desta produção no tempo (PEIXOTO, 2007). O *fluxo*, aqui, é: 1. O *volume* da produção ao ano e ao longo de um determinado *período*; 2) os *ciclos* da produção mapeados a partir das *temáticas*, das *problemáticas*, das *justificativas de relevância*, dos *referenciais teóricos* dominantes e das justificativas para a sua adoção, das *instituições e grupos de pesquisa* determinantes na formação em um determinado período. Conhecido o fluxo, a partir da *criteriosa análise dos traços internos da produção*, é necessário estabelecer os *nexos reais com a conjuntura*. Esta análise criteriosa obriga a leitura de conjunto das teses em busca dos fundamentos/pressupostos e suas insuficiências.

A análise epistemológica possibilita mapear supostos ontológicos, epistemológicos, axiológicos e teleológicos agrupando a produção do conhecimento em correntes de pensamento, mas, por si só, não garante o reconhecimento dos nexos entre o (a) grau de desenvolvimento das ideias e (b) o grau de desenvolvimento da formação social brasileira. Avançar nesta direção demanda sim reconhecer as matrizes epistemológicas dominantes, mas também reconhecer quais grupos e em quais programas estão investigando, a direção do que foi selecionado para ser investigado, o que deixou de ser investigado e as tendências no desenvolvimento da produção do conhecimento, a correspondência entre o grau de desenvolvimento das explicações e as necessidades objetivas historicamente colocadas. Na investigação dos grupos, é preciso conhecer os organismos nos quais se articulam e os nexos que mantêm com a estrutura econômica em que a ciência articula-se como mercadoria e meio de aprimorar a produção de mercadorias. Faz-se necessário elaborar relatórios que nos possibilitem reconhecer:

(1) O fluxo da produção de teses e dissertações na região Nordeste do Brasil, em gráfico por colunas, de forma a que saibamos o total por ano desde o primeiro ano da série, o fluxo ano a ano até o último ano da série, reunindo teses e dissertações e nos mostrando dissertações e teses em separado;

(2) Para responder à principal pergunta do trabalho (há impacto da formação na região Sul e Sudeste na região Nordeste? Há colonização científica?), temos que ver em gráficos qual o volume de produção de Teses e Dissertações (junto e separado) por instituição em que foram produzidas. Mas não é só. Precisamos conhecer quem orientou estas produções, e estando no Nordeste ou não, quem formou quem orientou e se restam mantidas pelos pesquisadores formados as redes originárias de onde surgem as produções. Ou seja, temos que responder à pergunta pelas redes de investigação e as matrizes teóricas em que estão assentadas as Teses e Dissertações produzidas no Nordeste, em um trabalho de genealogia, que nos permita conhecer (por dentro) toda a ascendência de orientadores e escolas teóricas que determinam a direção da produção do conhecimento influenciando os rumos dos pesquisadores formados nestas escolas. Aqui, avalio não ser suficiente apontar a predominância de uma matriz teórica e as supostas implicações desta predominância de ideias sobre o entendimento da realidade, mas destacar quais grupos de interesses estão contemplados na luta de classes e de que forma esta produção hegemônica a direção da formação da classe trabalhadora;

(3) Neste movimento de conhecimento do movimento interno da produção, este movimento de conhecer as perguntas consideradas relevantes, os objetivos, as justificativas, que configuram as correntes epistemológicas (insisto que é pouco relevante classificá-las) deve ser acompanhado de um rigoroso estudo conjuntural que apanhe os projetos político-pedagógicos (PPP) dos Programas de Pós-Graduação nos quais as Teses e Dissertações foram desenvolvidos, a inscrição destes PPGE em uma determinada perspectiva de Universidade imperante em uma dada conjuntura, a maior ou menor correspondência com o Plano Nacional de Pós-Graduação, ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, ao Plano Nacional de Educação em nexos com o plano de Desenvolvimento Econômico da Nação, lido também nas finalidades das agências de Fomento, nos Editais lançados ano a ano, e, por fim, em nexos com a posição do Brasil nas relações internacionais, lido nos documentos internacionais sobre as metas que o Brasil deve cumprir para ser considerado país membro destes organismos. Esta investigação minuciosa vai apropriando-se do processo de produção do conhecimento nos seus pormenores, nas relações determinadas em que vão sendo produzidos como férrea necessidade do seio da luta de classes, de modo a impedir qualquer generalização sobre necessidades não atendidas e a exigir com precisão a quais necessidades estão respondendo as investigações.

Ora, ao delimitar estas pistas, tenho em mente uma concepção do que seja a perspectiva marxiana e engelsiana de dialética materialista e de materialismo dialético na qual assumem centralidade uma determinada perspectiva de *crítica da produção do conhecimento*, que ultrapassa a perspectiva de avaliação da resposta pela pergunta sobre a sua cientificidade, sobre o alcance desta dimensão de cientificidade do ponto de vista das visões de mundo que se configuram, para alcançar a perspectiva de produção da existência em que esta *produção do conhecimento* se inscreve *determinada*, em seus desenvolvimentos, de forma a que o protagonismo dos indivíduos tem sempre que ser lido à luz “das

relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas”; à luz da clareza de que “os homens fazem a sua própria história” não como querem, ou “sob circunstâncias da sua escolha”, mas sob condições, (sob determinações), “legadas e transmitidas pelo passado”; e, essencialmente, à luz da defesa da tese de que a concepção materialista e dialética da história é a única que permite apanhar “as leis naturais” da produção capitalista, “as tendências que (nele) operam e se impõem como férrea necessidade” (MARX, 1989, p. 5) possibilitando aos homens fazerem a história operando sobre estas tendências. É só assim que entendemos que em Marx não opera nenhum “dever ser” instituído por uma qualquer axiologia idealista, mas uma perspectiva de investigação que no mover-se da *vida do material*, reconhece possibilidades de “vir a ser” que decorre de uma rigorosa análise das condições para a ação, e da certeza de que conhecidas estas condições, “as circunstâncias podem ser modificadas pelos homens” (MARX, 3ª Tese *Ad Feuerbach*, Boitempo, 2007, p. 533).

É justamente aqui que a pesquisa EPISTEF Nordeste pode e deve dar um salto. Conhecida a cadeia da produção do conhecimento de Teses e Dissertações dos que fazem a formação em educação física no Nordeste do Brasil, conhecida a rede de colaborações que estrutura esta cadeia de formação, conhecidas as matrizes teóricas e epistemológicas que as entroncam, apanhadas as suas tendências, trata-se de projetar a formação não para o aprimoramento da capacidade de realizar a batalha das ideias, mas principalmente, de projetar a formação para reconhecer os momentos revolucionários que demandam ação consciente, de conjunto, direcionada à finalidade de ultrapassagem do modo de produção capitalista que orienta a produção do conhecimento. Aqui, ênfase, todo o processo de apropriação e crítica do conhecimento visa a transformação materiais das condições em que é produzido. Em nada avançamos quando a leitura da conjuntura é artificializada, e não apanhada no movimento e nos nexos da produção do conhecimento com a vida prática de quem investiga.

Insisto em dizer que Marx e Engels, no processo de crítica das ideias vigentes no seu tempo, produziram um método de análise da produção do conhecimento (que eles qualificaram em um primeiro momento, pejorativamente, como ideologia), em que o processo de crítica não tinha como alvo a mudança das ideias, ou “a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento” (MARX, 2ª Tese *Ad Feuerbach*, Boitempo, 2007, p. 533), mas, a compreensão da prática humana com vistas à superação das condições objetivas nas quais parcela significativa da humanidade encontra-se explorada, subsumida, aviltada.

Em que o EPISTEF – Nordeste pode ajudar neste processo? Na minha avaliação, realizado o acerto de contas com o apanhar da realidade que determina esta produção do conhecimento; da concreção desta realidade em suas múltiplas determinações e nos seus desenvolvimentos; apanhadas as tendências da produção, trata-se de reconhecer onde a realidade abre possibilidades favoráveis à produção de outra correlação de forças na formação de professores.

Os dados estão aí. Há demanda por teses e dissertações que se debrucem sobre esta produção em perspectiva marxiana e engelsiana. Estudando o caminho que os dois autores percorreram ao varrer rigorosa e impiedosamente a produção no âmbito do *idealismo alemão*, da *economia política inglesa* e do *socialismo utópico* – e, acresço com a ajuda de Florestan Fernandes e de Barata-Moura, dentro do *idealismo*

alemão, a concepção de *história* até então vigente, e dentro do materialismo, a concepção de *materialismo* que até então imperava – ambos evidenciaram a estagnação da economia política e mesmo do socialismo utópico em decorrência de sua restrição à perspectiva de classe daqueles que produziram – entre o século XVIII e XIX – aquelas teorias.

A lógica dialética é assumida pelos dois autores – desembaraçada do viés que põe nas ideias a explicação das determinações sobre o desenvolvimento da realidade – como emanção do movimento do real mais adequada para apanhar a realidade nos seus próprios desenvolvimentos. Aqui, assume centralidade as noções de “abstrato” e “concreto” com que Marx (a partir de Hegel), tece a crítica da economia política (enquanto produção do conhecimento que expressa um determinado estágio de desenvolvimento da luta de classes). O conhecimento abstrato é todo aquele que considera apenas parcelas das múltiplas determinações do objeto. O conhecimento é concreto quando reconhece (em síntese, em resultado, no pensamento) as múltiplas determinações que explicam aquilo que é próprio do ser de um determinado objeto, quando elucida a “rica totalidade de determinações e de relações numerosas” em que um determinado ser se inscreve. Elevar-se do abstrato ao concreto é justamente ultrapassar o limite do conhecimento parcial das múltiplas determinações “alcançando a rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (MARX, 1977, p. 218). É por este caminho que produzir conhecimento científico é, efetivamente, para Marx e Engels, produzir saber fundamentado no domínio destas múltiplas determinações.

Encerramos com uma nota de estudos da obra do prof. Barata-Moura, a respeito do sentido de criticar que está posto em Marx. Criticar “é tentar pôr o emaranhado dos *processos*, recheados de contradições, na articulada *concreção deveniente* que formam” (BARATA-MOURA, 2013, p. 14), visando a adequada apreensão pelo pensamento do movimento do real e das possibilidades da sua transformação material. Reproduzimos a síntese trazida de outro artigo:

No conjunto da obra de Barata-Moura¹⁵, a partir de uma revisão “dos principais horizontes problemáticos” em que se levanta “um leque amplo de compreensões doutrinárias de conteúdos”, em que a prática adquire significado na história da filosofia, destaca-se a defesa de um “sentido forte” – determinado pelo caráter rigoroso e estruturante em que são construídos os fundamentos – em que a prática é apreendida como atividade material de transformação ou como “atividade *materialmente transformadora*”. Portanto, “nem toda atividade humana é em si mesma, e desde logo, *prática*”. Esclarece Barata-Moura: “Na textualidade marxista, a ação política¹⁶, a experimentação¹⁷ e o trabalho¹⁸ assomam como figuras particulares da prática – atividade materialmente transformadora” (BARATA-MOURA, 1994, p. 97). Nuclearmente, “em sentido forte”, “se trata não apenas de mudar as ideias ou de reformar as mentalidades – é de transformar mesmo, isto é, *materialmente*” (BARATA-MOURA, 1994, p. 87-88, p. 90-91). Nas *Teses sobre Feuerbach*, é o clamor pela “crítica material efectiva, prática, que importa pensar e empreender”. Para Marx, trata-se de “estudar e *criticar* (teórica e *praticamente*) o existente na sua contraditoriedade, para intervir na modulação transformadora dos seus possíveis” (BARATA-MOURA, 1994, p. 94). Em uma síntese apropriada para o que nos propomos, “*Criticar* não é dizer mal; é procurar ver bem”, ou seja, “*Criticar* não é contra-pôr a enunciado unilateral dado outras abstrações que se debitam, e que o contrariam”, mas, essencialmente, em ontologia materialista, “é tentar pôr o emaranhado dos *processos*, recheados de contradições, na articulada *concreção deveniente* que formam” (BARATA-MOURA, 2013, p. 14). É na perspectiva de cientificidade marxiana, em cujo centro encontra-se a busca pelas determinações dos fenômenos em sua conexão material interna, que a CRÍTICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO demanda de nós este “pôr o emaranhado

dos *processos*, recheados de contradições” DA CADEIA PRODUTIVA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, “na articulada *concreção devenida* que formam” com a produção da existência própria da lógica do capital (PEIXOTO, 2015).

Aqui, o material, inclui, mas não se restringe ou confunde com o empírico e a experiência. O materialismo dialético refere-se justamente ao movimento, ao desenvolvimento, ao ser do objeto apanhado nas suas múltiplas determinações para além do objeto enquanto evidência imediata. É por esta razão que a teoria da mais valia não pode ser apanhada exclusivamente na visita a um segmento do setor fabril (como diversos inspetores o fizeram), mas apenas na análise de todo o processo histórico em que ocorre o capital como relações de produção fetichizadas na mercadoria. Por fim, o processo histórico em questão envolve a relação dialética, contraditória, de caráter materialista, que considera a vida do material em seu movimento interno e nas relações conjunturais, apanhadas não de forma artificial em sínteses abstratas conjunturais postas de fora para dentro, mas nas relações entre o movimento interno do material nos nexos com o movimento conjuntural.

Referências Bibliográficas:

- BARATA-MOURA, J. (Re) Pensar a dimensão científica do conhecimento (mimeo). (Conferência inaugural da “Primeira Semana Epistemológica”, proferida em 25 de Setembro de 2013, na Universidade 11 de Novembro – Cabinda, Angola). Lisboa, agosto de 2013.
- BARATA-MOURA, J. Materialismo e dialética, ou da ontologia em Marx. *Vértice*, n. 145, março-abril, 2009, p. 5-16.
- BARATA-MOURA, J. A viragem de 1844. Engels, Marx e a economia política: uma nótila sobre primeiras abordagens. *Boletim de ciências económicas*, Lisboa/PT, V. LVII, N. 1, p. 557-632, 2014.
- BARATA-MOURA, José. Marx e a cientificidade do saber. In: BARATA-MOURA, José. Materialismo e subjetividade: estudos em torno de Marx. Lisboa: Avante, 1997.
- BARATA-MOURA, José. *Prática*: para uma esclarecimento do seu sentido como categoria filosófica. Lisboa: Colibri, 1994.
- CHAVES-GAMBOA, M; SANCHEZ-GAMBOA, S.; TAFFAREL, C. *Produção do conhecimento na educação física no Nordeste brasileiro: o impacto dos sistemas da pós-graduação na formação dos pesquisadores da região*. Campinas: Librum Editora, 2017.
- ENDERLE, R. Apresentação. In: MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005. P. 11-26).
- ENGELS, F. Esboço de uma crítica da economia política. In: PAULO NETTO, José. *Engels: Política*. São Paulo: Ática, 1991. P. 53-81.
- ENGELS, F. *Anti-Dübring*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FERNANDES, F. *Marx e Engels: História*. São Paulo: Ática, 1989.
- INSTITUTO MARXISMO-LENINISMO. *Karl Marx – Biografia*. Lisboa: Avante!; Moscovo, Progresso, 1983.
- LENIN, V. I. U. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global Editora, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl. [Notas de Marx a la tesis doctoral] Primeira Parte. In: MARX, Karl. *Escritos de Juventud*. México: Fondo de Cultura económica, 1982. P. 57-66.
- MARX, Karl. Ad Feuerbach. In: MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. P. 533-535.

- MARX, Karl. Carta al Padre. In: MARX, Karl. *Escritos de Juventud*. México: Fondo de Cultura econômica, 1982.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, Karl. O trabalho estranhado. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. Prefácio. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PEIXOTO, Elza M. de M. Interdisciplinaridade e análise da produção científica: apontamentos a partir da concepção materialista e dialética da história. *Filosofia e Educação On Line*, Campinas, Outubro, V. 5, N. 2, p. 120-165, 2013. ISSN 1984-9605.
- PEIXOTO, Elza M. de M. Para além da análise epistemológica: crítica da produção do conhecimento à luz das determinantes do modo de produção. *Revista HISTEDBR On Line*, Campinas, outubro, n. 59, p. 53-66, 2014. ISSN 1676-2584.
- PEIXOTO, Elza M. de M. PENSAR ciência, verdade e prática sob ontologia materialista: subsídios à formação de professores. *Anais... XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPD – Cátedra UNESCO, Curitiba, PUCPR, 26 a 29/10/2015, p. 29724-29741.
- PEIXOTO, Elza M de M. O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. *Pro-Posições*, vol.19 no.1 Campinas Jan./Apr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000100015 Acesso em 05.2017.
- SANCHEZ-GAMBOA, S. A. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2008. P. 91-116.

Notas:

- ¹ As posições desenvolvidas neste manuscrito foram originalmente construídas para uma exposição realizada durante o Seminário V EPISTED - IV EPISTEF NORDESTE. MESA: “Teorias do conhecimento e teorias da educação: críticas a políticas, programas, projetos e práticas educacionais”. O evento tinha como finalidade socializar e colocar em discussão os resultados do projeto temático “PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: impacto do sistema de pós-graduação das regiões sul e sudeste do Brasil na formação e produção de mestres e doutores que atuam nas instituições de ensino superior da região nordeste” (Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/paideia/downloads/fapesp-completo.pdf> Acesso em: 03/08.2017.) Em virtude do grau de aproximação que eu não possuía em relação às planilhas nas quais os resultados foram organizados, optei por destacar os requisitos para atender a um dos objetivos da pesquisa que considero particularmente interessante. Neste texto, desenvolvo, dentro das possibilidades e do estágio de entendimento em que me encontro, as linhas gerais de um processo de análise da produção do conhecimento.
- ² Por tartar-se de artigo da editora geral da Revista, este manuscrito passou por avaliação em separado do sistema SEER, a cargo dos editores do número: Michele Sacardo e Régis Silva, cumprindo-se, entretanto, as exigências de duplo cego.
- ³ Professora Adjunto IV – FACED/UFBA. Doutora em Filosofia e História da Educação pela FE-UNICAMP. Pós-Doutora em Filosofia da Educação pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- ⁴ “Examinou pela ordem seguinte o sistema da economia burguesa: capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio externo, mercado mundial. Nos três primeiros tópicos estudo as condições econômicas de existência das três grandes classes em que se divide a sociedade burguesa moderna; a ligação das três restantes é evidente. A primeira seção do livro primeiro, que trata do capital, subdivide-se nos seguintes capítulos: 1º a mercadoria; 2º a moeda ou a circulação simples; 3º o capital em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume” (MARX, 1977, p. 23-27).
- ⁵ “Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Reinische Zeitung*, encontrei-me pela primeira vez na obrigação embaraçosa de dar minha opinião sobre o que é costume chamar-se interesses materiais. As deliberações do Landtag renano sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a polémica oficial que o Sr. Von Schaper, então primeiro presidente da província renana, sustentou com a *Reinische Zeitung* sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre-câmbio e o protecionismo, forneceram-me as primeiras razões para me ocupar das questões econômicas. Por outro lado, nesta

época em que o desejo de “ir para frente” substituía frequentemente a competência, fez-se ouvir na *Reinische Zeitung* um eco do socialismo e do comunismo francês, ligeiramente contaminado de filosofia. Pronunciei-me contra este trabalho de aprendiz, mas ao mesmo tempo confessei abertamente, numa controvérsia com a *Allgemeine Augsburguer Zeitung*, que os estudos que tinha feito até então não me permitiam arriscar qualquer juízo sobre o teor das tendências francesas. Aproveitando a ilusão dos diretores da *Reinische Zeitung*, que julgavam poder suspender a sentença de morte proferida contra o jornal, dando-lhe um caráter mais moderado, preferi deixar o cenário público e retirar-me para o meu gabinete de estudo” (MARX, 1977, p. 23-27).

⁶ “Friedrich Engels, com quem, desde a publicação do seu genial esboço de uma contribuição para a crítica das categorias econômicas nos *Deutsch-Französische Jahbücher*, tenho mantido por escrito uma constante troca de ideias, chegou por outras vias (confrontar a sua Situação da Classes Operárias na Inglaterra) ao mesmo resultado, e quando, na primavera de 1845, veio se estabelecer também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se, de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior. Este projeto foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grandes volumes in-octavo, estava há muito no editor na Vestefália, quando soubemos que novas circunstâncias não permitiam a sua impressão. De bom grado abandonamos o manuscrito à crítica corrosiva dos ratos, tanto mais que tínhamos atingido o nosso fim principal, que era enxergar claramente as nossas ideias (MARX, 1977, p. 23-27).

⁷ Enquanto investigadores disciplinados, Marx e Engels nos legam um conjunto de registros de suas investigações que vêm sendo publicados no original, em alemão, e, para a língua latina, dispomos de edições em português e espanhol. *Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA)* é a mais completa coleção das obras publicadas, manuscritos de estudos e cartas escritas por *Karl Marx* and *Friedrich Engels*, publicada com textos em alemão e em outras línguas nas quais os autores escreveram. A coleção é publicada por *Karl Dietz Verlag Berlin* lançada em 1958. É possível encontrar algumas destas obras nas mais variadas traduções no *Marxist Internet Archive* (Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/> Acesso em 17/11/2016 às 05h10). Em língua espanhola, temos uma coleção em XXII volumes publicada pela Editora Fondo de Cultura Económica, México, a partir de 1982. Em português (do Brasil e de Portugal) estamos trabalhando com as edições “Avante!”, Progresso Moscou, Alfa Omega, Abril Cultural, Martins Fontes, Global Editora, Civilização Brasileira/Bertrand Brasil/Difel, e, desde 1998, Edições Boitempo.

⁸ Diversos comentadores de Marx e de Engels destacam as “Três Fontes” – expressão clássica a partir de Lenin (1978) – do marxismo. Florestan Fernandes, entretanto, questiona a ausência de referência à crítica da historiografia contemporânea a Marx e Engels: “As abordagens que tratam da evolução do pensamento de Marx e Engels, mesmo de autores reconhecidamente marxistas, põem ênfase nos aspectos intelectuais dessa evolução (a fase hegeliana, o neo-hegelianismo, o “humanismo realista” feuerbachiano, o contato com o socialismo francês e a economia política inglesa, o produto final: a elaboração, por ambos, do materialismo histórico e dialético, como uma forma intelectual de superação e síntese). Seria possível agregar outras coisas a esse complexo e amplo mural. Por exemplo, por que certos historiadores, principalmente franceses e ingleses no início, não são lembrados entre as influências formativas” (FERNANDES, 1989, p. 18).

⁹ MARX, 2007.

¹⁰ SANCHEZ-GAMBOA, S. Métodos mistos nas análises epistemológicas: balanço da produção do conhecimento em Educação Física no Nordeste brasileiro (1980-2013). In: (CHAVES-GAMBOA, M.; SANCHEZ-GAMBOA, S.; TAFFAREL, C. N. *Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Librim Editora, 2017.

¹¹ O projeto temático “PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: impacto do sistema de pós-graduação das regiões sul e sudeste do Brasil na formação e produção de mestres e doutores que atuam nas instituições de ensino superior da região nordeste” estabeleceu como questões norteadoras, identificar: “1) Qual o volume de produção de dissertações e teses elaboradas pelos docentes vinculados as IES do nordeste e qual o significado dessa produção no contexto nacional? 2) Quais as principais problemáticas abordadas, as áreas privilegiadas, metodologias utilizadas, lacunas e limitações teóricas identificadas nesses estudos? 3) Qual o impacto do sistema de pós-graduação do país, concentrado nas regiões sul e sudeste, na produção científica dos mestres e doutores que atuam nas IES da região nordeste e as influências na consolidação da pesquisas nessas instituições? 4) Quais os principais resultados apontados nesses estudos e seus desdobramentos para a formação profissional e a compreensão e o avanço do conhecimento na área?” Como questão geral: “[...] qual é a configuração da pesquisa em Educação Física no nordeste em termo de autores, orientadores, vinculações geográficas e institucionais, frentes de pesquisa, redes de colaboração científica entre pesquisadores e instituições, influência de autores e de quadro teóricos de outras áreas de conhecimento e o impacto da produção científica nacional e internacional nas pesquisas produzidas pelos pesquisadores que atuam no nordeste?” A partir das questões delimitadas, o projeto apresentava como objetivo geral: “Identificar e caracterizar o impacto do sistema de pós-graduação da Região Sudeste, particularmente do estado de São Paulo na formação e na produção do conhecimento dos pesquisadores que atuam nas Instituições de Ensino Superior dos estados do Nordeste brasileiro. Para tanto é preciso: a) atualizar e consolidar o banco de dados já existente; b) identificar os pesquisadores (mestres e doutores) que atuam na região Nordeste do Brasil, caracterizando sua produção científica; c) realizar balanços da produção, valendo-se de matrizes científicas já desenvolvidas no campo da epistemologia e da história e sociologia da ciência; d) identificar tendências temáticas e teórico-metodológicas; e) rastrear influências do sistema de pós-graduação nacional, concentrado na região Sudeste, na produção dos estados nordestinos, no referente aos egressos que atuam na região Nordeste, a trajetória e disseminação de escolas de pensamento, matrizes científicas, a repercussão de autores e perspectivas teóricas e o fluxo de referências; e, f) identificar nas atividades dos pesquisadores o desenvolvimento e a orientação de novos projetos e a formação de grupos de pesquisa nas instituições onde atuam”. E como objetivos específicos: “1) Recuperar dados e informações sobre os docentes, mestres e doutores que atuam nos cursos de Educação Física das Instituições de ensino superior do Nordeste (estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e sobre sua produção científica, localizando as obras produzidas (dissertações e teses), a fim de realizar sua análise. 2) Sistematizar as informações em mapas e quadros de registros, utilizando ferramentas de bibliometria e da cienciométrica, a fim de identificar fluxos de referências, trajetórias de citações e influência de autores na formação e na produção dos pesquisadores. 3) Analisar as pesquisas produzidas, identificando problemáticas estudadas, temáticas, abordagens teórico-metodológicas e

matrizes epistemológicas predominantes, utilizando ferramentas da epistemologia e da filosofia da ciência. 4) Mapear a trajetória da produção desenvolvida na região, identificando tendências, áreas menos desenvolvidas, necessidades na constituição do campo do conhecimento, novos projetos, indagações e hipóteses científicas a serem definidas, assim como perspectivas de consolidação da pesquisa na região. 5) Interpretar os resultados das análises no contexto do desenvolvimento das políticas de ciência e tecnologia do país e compreender os processos da produção do conhecimento à luz de referências sobre o papel da ciência no desenvolvimento da sociedade e dos desafios históricos da sua transformação.”

¹² Trazemos os sentidos de “desafio” postos no Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa: 1. Ato de desafiar; 2. Incitação a uma luta, a uma competição, etc; 3. Aquilo que representa um desafio, que é difícil ou perigoso; 4. *Li. Pop. Bras.* Cantoria em duelo mais violenta que a cantoria comum.

¹³ Transcrevo aqui passagem de artigo no qual desenvolvo a perspectiva de crítica defendida por Marx, explicada primorosamente por Barata-Moura: “No conjunto da obra de Barata-Moura¹³, a partir de uma revisão “dos principais horizontes problemáticos” em que se levanta “um leque amplo de compreensões doutrinárias de conteúdos”, em que a prática adquire significado na história da filosofia, destaca-se a defesa de um “sentido forte” – determinado pelo caráter rigoroso e estruturante em que são construídos os fundamentos – em que a prática é apreendida como atividade material de transformação ou como “atividade materialmente transformadora”. Portanto, “nem toda atividade humana é em si mesma, e desde logo, *prática*”. Esclarece Barata-Moura: “Na textualidade marxista, a ação política¹³, a experimentação¹³ e o trabalho¹³ assomam como figuras particulares da prática – atividade materialmente transformadora” (BARATA-MOURA, 1994, p. 97). Nuclearmente, “em sentido forte”, “se trata não apenas de mudar as ideias ou de reformar as mentalidades – é de transformar mesmo, isto é, *materialmente*” (BARATA-MOURA, 1994, p. 87-88, p. 90-91). Nas *Teses sobre Feuerbach*, é o clamor pela “crítica material efectiva, prática, que importa pensar e empreender”. Para Marx, trata-se de “estudar e *crítico* (teórica e *praticamente*) o existente na sua contraditoriedade, para intervir na modulação transformadora dos seus possíveis” (BARATA-MOURA, 1994, p. 94). Em uma síntese apropriada para o que nos propomos, “*Crítico* não é dizer mal; é procurar ver bem”, ou seja, “*Crítico* não é contra-pôr a enunciado unilateral dado outras abstrações que se debitam, e que o contrariam”, mas, essencialmente, em ontologia materialista, “é tentar pôr o emaranhado dos *processos*, recheados de contradições, na articulada *conexão deveniente* que formam” (BARATA-MOURA, 2013, p. 14). É na perspectiva de cientificidade marxiana, em cujo centro encontra-se a busca pelas determinações dos fenômenos em sua conexão material interna, que a prática de ensino e o estágio demandam de nós este “pôr o emaranhado dos *processos*, recheados de contradições” do trabalho pedagógico, “na articulada *conexão deveniente* que formam” com a produção da existência própria da lógica do capital. O enfrentar deste desafio, demanda das 800 horas de prática de ensino e estágio, saber fundamental e fundamentado – um desafio para as pedagogias assentadas numa ontologia materialista e dialética.” (PEIXOTO, 2015, p. 29738-29739).

¹⁴ Em *Marx e a cientificidade do saber* Barata-Moura dedica-se a examinar o elogio feito por Marx e Engels a contribuição e a especificidade dos alemães na maneira de “encarar a cientificidade”, que deve “estender-se, em termos epistemológicos, ao cultivo dos diferentes domínios do saber”, concluindo: “O traço fundamental da “cientificidade” entendida à maneira “alemã” reside, pois, na “conexão”, no *Zusammenhang*” (BARATA-MOURA, 1997, p. 88-89):

“... não se trata apenas de – eventualmente, à maneira “inglesa” ou empirista – determinar e alinhar factos ou dados que a imediatez comunicada no âmbito de uma experiência sensível permite apurar. A ciência poderá ou terá de contar, sem dúvida, com este momento no desenrolar pleno do seu processo, mas não pode circunscrever-se a essa etapa, permanecer nela ou erguil-a em resultado final da sua investigação e exposição.

Para a *ciência*, trata-se, sim, e fundamentalmente, de compreender e de determinar a *conexão* desses mesmos fenômenos, isto é, o vínculo *interno* que os une e que define a tendência geral do seu movimento multifacetado. Um saber que pretenda apresentar-se como científico não poderá, por conseguinte, limitar-se a reflectir a facticidade e datidade dos fenômenos, na imediatez da sua forma de apresentação à consciência representativa; terá de visar, como objetivo a prosseguir e “chave” da sua própria cientificidade, a *conexão interna* desses mesmos fenômenos.

Toda esta reflexão epistemológica de Marx acompanha e enquadra a elaboração final de *Das Kapital*. Ela não se resume, porém, ao mero registo metódico em que se procura a “forma de exposição” (Darstellungsweise) mais conveniente, ou em que procede à teorização dos principais passos a dar subjetivamente no domínio da “investigação” (Forschung). Bem pelo contrário, ao nível da própria pesquisa dos materiais, a ligação ou o “vínculo interior” (*innres Band*) tem, desde logo, de começar por estabelecer-se como objeto incontornável de atenção, num escopo alargado de demanda de inteligibilização dos processos” (BARATA-MOURA, 1997, p. 89).

¹⁵ Barata-Moura dedica parte significativa de sua obra a esta discussão. Em nota divulgada no texto *A práxis em Kant*, publicado na obra *O outro Kant*, datada de 2007, José Barata Moura refere-se a uma “linha de investigação sobre a prática”, citando diversos títulos publicados tratando deste tema. Considerando esta nota do autor, e ampliando o levantamento para o Sistema de Bibliotecas da Universidade de Lisboa chegamos aos seguintes títulos que tratam do tema: *Ideologia e Prática* (BARATA-MOURA, 1978), *A “Práxis” para Kant* (BARATA-MOURA, 1982), *Da representação à “Práxis”* (BARATA-MOURA, 1986), *Ontologias da “Práxis” e Idealismo* (BARATA-MOURA, 1986), *Filosofia – Futuro – Prática. Meditação da filosofia a partir de alguns temas feuerbachianos* (1986), *A demanda da prática. A concepção de Práxis em Feuerbach* (BARATA-MOURA, 1986), *Idéalisme et Praxís, Annalen für dialektische Philosophie* (BARATA-MOURA, 1989), *O horizonte prático de um ócio trabalhado. Subsídios para um estudo da “prática” em Descartes* (BARATA-MOURA, 1998), *“Práxis”, Europäische Enzyklopädie zu Philosophie und Wissenschaften* (BARATA-MOURA, 1990), *Prática: para uma aclaração do seu sentido como categoria filosófica* (BARATA-MOURA, 1994), *Uma nota sobre a prática em Francisco Soares* (BARATA-MOURA, 1999), *Das “ontologias da práxis” a uma radicação ontológica da prática* (BARATA-MOURA, 2000), *Uma nota sobre a prática em Aristóteles* (BARATA-MOURA, 2000).

¹⁶ “No universo da materialidade social do ser, a ação política concertada devem um privilegiado instrumento prático de operar a sua transformação”. Citando Engels: “Ideias nunca podem levar para além (...) de um velho estado do mundo. Ideias, sobretudo, não podem executar nada (...). Para o executar das ideias são precisos os homens, que empregam um poder (...) prático” (BARATA-MOURA, 1994, p. 98. Ver também nota 26 na mesma página).

¹⁷Alerta que “experimentação” (“uma atividade prática, de transformação ou feitura efectiva, envolve a realização prática, operativa de um teste: é constitutivamente produção, e não mera exibição de algo”) não é “experiência” (“atividade teórica empírica, de acolhimento numa consciência de algo que sensivelmente se nos mostra ou impõe”) (BARATA-MOURA, 1994, p. 99).

¹⁸“Com o trabalho, a prática assoma na sua constitutiva dimensão estrutural, e estruturante, da produção e reprodução do viver pelas e nas sociedades humanas” (BARATA-MOURA, 1994, p. 101).

Recebido em: 05/2017

Aceito em: 16/08/2017.